



# AÇÃO DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL E OCIDENTAL

**Roberto Gomes Pereira**

*Capitão-de-Mar-e-Guerra, da Turma de 1954, promovido ao posto atual em 30 Abr 76.*

*Possui os cursos militares da Escola Naval, de Aperfeiçoamento (Comunicações), de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, de Planejamento de Operações Anfíbias na Marinha dos EUA, e Superior de Guerra Naval.*

*Foi Observador Militar da ONU na Índia e no Paquistão (1965/66), Instrutor da Escola de Guerra Naval (1972/73), Instrutor e Encarregado da Área de Estudos de Operações Navais da Escola de Guerra Naval (1975/77).*

*Desempenha-se atualmente como Encarregado do Curso Superior de Guerra Naval da Escola de Guerra Naval.*

**A** infiltração comunista em países da África, intensificada a partir da independência das ex-colônias portuguesas, tem contribuído para alterar significativamente o quadro estratégico do mundo moderno. Não é, entretanto, um fato novo.

A Revolução de 1917 não sufocou os velhos sonhos imperialistas que transformaram a Rússia, de pequeno principado em Moscou, no imenso império de nossos dias; acrescentou-lhe, apenas, ingredientes ideológicos.

O Movimento Comunista Internacional tem, ao longo dos anos, desenvolvido sua ação impulsiva em países africanos, explorando habilmente a coincidência dos propósitos comunistas de combate ao capitalismo, com certas reivindicações das jovens nações africanas. A mudança do regime português, em 25 de abril de 1974, inaugurou uma nova era, ensejando uma audaciosa investida, cujas repercussões ainda estão longe de se terem esgotado.

A intervenção soviética em Angola, com o emprego inclusive de tropas cubanas, representou também uma mudança significativa nos métodos tradicionais

da política exterior da URSS, que jamais havia se envolvido de tal maneira com qualquer movimento de libertação nacional.

Na verdade, a expansão da ideologia comunista em território africano atende, admiravelmente, aos interesses nacionais soviéticos, sintetizados na busca de novos mercados, na obtenção de posições estratégicas e no controle sobre as fontes de recursos minerais indispensáveis ao Ocidente. Para tanto, a URSS preparou pacientemente um formidável poder marítimo, tornando-se apta a defender seus pontos de vista e interesses em todos os mares e oceanos.

A análise da expansão do comunismo em países da África Ocidental e Meridional, que nos propomos fazer, parte, assim, da constatação geral de que ideologia e interesse nacional andam indissolúvelmente ligados nas recentes ações soviéticas na região, não havendo motivos para considerá-los isoladamente.

A presença soviética em países de língua portuguesa representa um obstáculo importante à nossa política africana, que deverá ser enfrentado com pertinácia e sabedoria.

## 1. A ÁFRICA AUSTRAL E OCIDENTAL

*A descolonização da África* — O processo de descolonização da África, iniciado após a 2ª Guerra Mundial, é ainda um fenômeno de nossos dias. A grosso modo, e para fins de análise, podemos dividi-lo em duas fases distintas, separadas no tempo pela queda do regime português, em 25 de abril de 1974.

A primeira fase tem início efetivo, em 1957, com a independência de Gana, logo seguida pela da Guiné, no ano seguinte. Foram, de saída, acontecimentos marcados por influências distintas, primeira indicação da diversidade de métodos que caracteriza a realidade africana. Em Gana, a retirada dos ingleses foi processada de modo mais ou menos suave, enquanto na Guiné a independência foi seguida por medidas restritivas adotadas pela metrópole francesa, dando ensejo à intervenção da URSS em apoio ao governo de Sekou Touré.

A despeito de tais ocorrências, podemos dizer que esta fase é caracterizada pela coincidência entre o desejo, manifestado pelos líderes africanos, de tomar o poder em seus países, com a intenção mais ou menos evidente das metrópoles de abrir mão das responsabilidades, desgastes e despesas que tais colônias acarretavam. Na verdade, as potências coloniais haviam chegado à conclusão de que o poder militar não era necessariamente a única maneira de proteger seus interesses no além-mar; havia o poder econômico, cultural e financeiro. Em outras palavras, nesta primeira fase, as nações imperiais procuraram fazer com que as ex-colônias permanecessem, após a independência, vinculadas à antiga metrópole por fortes laços políticos, culturais e econômicos, de que é um exemplo clássico a Comunidade Britânica de Nações. Na citação de Adriano Moreira: "Foram retirados os tambores e as bandeiras, mas continuaram com o banco, a empresa, a universidade (28:68)."

Esta nova técnica de relações internacionais foi logo chamada, pelas esquerdas, de "neocolonialismo".

A atitude "compreensiva" dos antigos patrões fez com que esta fase do processo de descolonização transcorresse em clima de relativa tranqüilidade, com a subida ao poder de líderes fortemente ligados à metrópole pela formação e por índole.

Houve, entretanto, algumas exceções importantes. A Guiné, por exemplo, não aceitou qualquer vinculação com a antiga metrópole, enquanto que o Congo, emancipado prematuramente, não teve como evitar uma guerra sangrenta, que motivou a intervenção da ONU e dizimou sua combatida economia.

Portugal não aderiu ao sistema implantado. Interpretando a história como lhe convinha, e embalado pelo canto dos Lusíadas, transformou as colônias em províncias, conseguindo manter-se na África até 1974, mesmo sendo obrigado a enfrentar uma luta armada, iniciada logo em 1961. A queda do regime português de Marcelo Caetano, no dia 25 de abril de 1974, caracteriza a segunda fase do processo de descolonização, ainda não encerrado.

A principal diferença entre as duas fases está justamente na demorada luta armada que os nacionalistas de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique tiveram que travar contra a antiga metrópole. Ao contrário do que vinha ocorrendo na primeira fase, os regimes instalados nas ex-colônias portuguesas são considerados "heróicos", o que tende naturalmente a exacerbar o nacionalismo e radicalizar as posições.

O continente africano, em especial a sua parte meridional, é marcado, nos dias de hoje, por uma série de conflitos localizados, que mantêm mobilizadas as lideranças negras e contribuem para o clima de instabilidade e confrontação dominantes naquelas regiões. Mais que isso, o que vemos na África de hoje, em particular na região que estudamos, é outra etapa do conflito entre o Ocidente e o Oriente, entre o capitalismo e o comunismo, entre os países democráticos liderados pelos EUA e o mundo socialista capitaneado pela URSS. Sob este último aspecto, a África parece estar, paulatinamente, substituindo a Ásia, cujo ciclo foi interrompido com o término da guerra no Vietnam.

Esta visão do problema leva-nos, então, a verificar, ainda que rapidamente, a importância daquelas regiões para a estratégia geral do mundo atual, vale dizer, das superpotências que detêm o seu controle.

Em primeiro lugar, trata-se de um imenso mercado para os países industrializados, sempre às voltas com o equilíbrio da balança de pagamentos. Embora a maioria dos países seja ainda carente de recursos, existem importantes exceções, como a África do Sul, a Nigéria e o Gabão, os dois últimos devido às exportações crescentes de petróleo.

No campo político-diplomático, basta lembrar a importância, nos diversos plenários da ONU e organizações vinculadas, das representações africanas, mormente se considerarmos que, em muitos pontos críticos e controversos, eles se

unem a países asiáticos e latino-americanos, formando blocos heterogêneos mas de grande eficácia em certas e determinadas circunstâncias, como no caso da admissão da China na ONU e das intermináveis discussões Norte-Sul no âmbito da UNCTAD.

Sob o ponto-de-vista estratégico, a importância decorre, principalmente, do fato de que tais regiões se debruçam sobre dois oceanos de importância vital para o comércio do Ocidente, ou seja, o Índico e o Atlântico, onde passa diariamente metade do petróleo produzido pelas nações do Golfo Pérsico. Além do mais, é preciso considerar a quantidade de recursos minerais estratégicos que essa área produz, como detentora de grandes reservas de cromo, urânio, ouro, cobalto, diamante e cobre, entre outros. Sem falar do petróleo e dos recursos do mar, principalmente nas costas atlânticas da África Ocidental.

*Os principais problemas* — Antes de mais nada, deve ser dito que os principais problemas que afetam a região decorrem do fato genérico de que são Estados jovens, recém-saídos de uma experiência colonial na qual as populações, durante séculos, estiveram sujeitas à dominação e à exploração, e não foram, via de regra, devidamente preparadas para a emancipação política. Por outro lado, esses problemas são agravados por uma conjuntura internacional que, positivamente, não favorece o desenvolvimento harmonioso dos países em desenvolvimento, de um modo geral, e dos países negros da África em particular.

O processo de descolonização absorveu a divisão arbitrária dos territórios, realizada no século XIX ao sabor dos interesses europeus, e incorporou, conseqüentemente, as tensões e divergências inerentes ao convívio de grupos tribais com padrões morais, étnicos e religiosos diferentes. Tal divisão arbitrária, que ainda não encontra ambiente político para correções, é responsável por uma boa parte dos paradoxos da vida africana e coloca em aberto uma expectativa de conflito permanente.

Foram os próprios colonizadores que instalaram, em suas colônias, o germe da independência, na medida em que transferiram, para as elites locais, os ideais ocidentais de liberdade e autodeterminação dos povos, bem como a noção de Estado nacional, estranha ao ambiente africano.

O "nacionalismo africano", pedra de toque da política interna dos países da África e elemento fundamental de sua política externa, apresenta os mais variados matizes, para atender a cada situação particular.

A princípio, o "nacionalismo" se constituiu na expressão formal do protesto contra os colonizadores. Suas manifestações, embora diferentes nas origens, convergiam para a luta contra o europeu colonizador e buscavam sensibilizar as massas dispersas para a emancipação. Passados os efeitos anestésicos dos esforços para a independência, as dificuldades intrínsecas às rivalidades dos grupos tribais e religiosos voltaram à tona, em alguns casos de maneira brutal, como na guerra do Congo e de Biafra.

A crise do "nacionalismo africano", explorada por forças poderosas que tentam impor à África outros padrões mais sutis de dominação, decorre fundamentalmente da adoção, sem maiores cuidados, de um dos princípios mais explorados do após-guerra, ou seja, a autodeterminação dos povos. Como os povos não foram consultados em qualquer estágio do processo de formação dos atuais Estados, a aplicação do citado princípio se reveste de um caráter eminentemente dissociativo.

Na África, o Estado veio antes da Nação e o tribalismo supera o patriotismo no jogo político. Daí porque as lideranças locais procuram, na sua dialética particular, vincular o "nacionalismo" aos esforços para construir um modelo de desenvolvimento nacional, com raízes profundamente africanas e que satisfaça às diversas facções e correntes constantes do fato social considerado.

Modernamente, o "nacionalismo africano" se sustenta da condenação ao *apartheid*, ao regime espúrio da Rodésia e da Namíbia e ao "neocolonialismo", circunstância que justifica sua influência sobre a política externa dos jovens países africanos.

Assim como o nacionalismo tem conotações próprias, o mesmo ocorre com o chamado "socialismo africano". São muito raros os governos de nações da África Ocidental e Meridional que não se afirmam "socialistas". Entre eles, podem ser citados a África do Sul e os três Estados declaradamente marxistas, o Congo, o Benin (ex-Daomé) e a Guiné.

Mas o "socialismo africano" difere, na origem, do socialismo científico de Marx e Lenine, na medida em que ele surge de necessidades específicas da conjuntura local. Trata-se, pois, de mais uma adaptação, para uso retórico, de conceitos tipicamente ocidentais. A necessidade de manter a coesão interna e a ordem pública, ameaçadas pelas disputas tribais e pelas discórdias, e de incrementar os valores tipicamente africanos em contraste com as exigências de modernização, têm levado os diversos países da região a adotar métodos de economia planificada, centralizada nas mãos de instituições políticas fortes. Tais são as bases do socialismo praticado na África.

Entretanto, é preciso considerar que a maior parte desses países rejeita tanto o marxismo como o capitalismo, na sua tentativa de obter uma independência política autêntica, desvinculada dos blocos que monopolizam a disputa ideológica. No primeiro, eles rejeitam a luta de classes e o materialismo ateu, por não se coadunarem com as estruturas arcaicas e com a diversidade de credos que compõem a essência da comunidade africana; no segundo, identificam o colonialismo e o imperialismo. O "socialismo africano", assim, torna-se mais uma palavra mágica, uma abstração teórica antes que uma realidade política, responsável, em política externa, por uma das manifestações de maior homogeneidade do grupo africano, qual seja, o apoio ao "neutralismo" e ao "não-alinhamento".

Na África do Sul, os problemas de ordem social e política assumem características bem diferentes, igualmente graves, não só pelos seus reflexos internos, mas principalmente pelas implicações que trazem para a estabilidade da região, com repercussões na paz mundial.

O tema agora passa a ser a discriminação racial, consubstanciada na política sul-africana do *apartheid*. Considerado geralmente como um país desenvolvido, segundo critérios vigentes de "renda per capita" e produção industrial, a África do Sul abriga uma população branca de cerca de 4,5 milhões de habitantes, detentora do poder e das oportunidades, permanentemente confrontada com uma população de quase 18,6 milhões de negros, que não têm o direito de voto nem representação política. Na verdade, o negro na África do Sul dispõe de condições materiais muito superiores às da população negra de outros países africanos. A discriminação, entretanto, impede totalmente o entendimento social e gera os sérios conflitos que fazem parte do dia-a-dia da vida africana. Embora tenha sido notado, nos últimos tempos, algum abrandamento da posição oficial, a solução do problema não parece estar muito perto.

O quadro básico da realidade africana não estaria completo sem uma vista de olhos sobre os difíceis problemas de ordem econômica.

De saída, devemos isolar a África do Sul, país rico, dotado de uma indústria florescente, de uma agricultura diversificada e de recursos abundantes, cujos problemas são de natureza inteiramente diferente.

O grande esforço que se desenvolve nos países da África Ocidental e Meridional é no sentido do desenvolvimento econômico e social, o que deve superar as divergências tribais e assentar as bases para a existência da Nação. Nem sempre, entretanto, tais esforços encontram respaldo na realidade do país. Enquanto a Nigéria, o Zaire, Angola e Moçambique, para citar os principais, possuem espaço, população e recursos para um programa autônomo de crescimento, outros se mostram, aparentemente, inviáveis por falta de um ou outro componente básico, e sua tendência natural será procurar a associação com outros países assim que as condições políticas permitirem.

A carência de capitais para desencadear os grandes projetos de infra-estrutura é uma das dificuldades mais importantes, principalmente considerando que o aumento dos preços do petróleo foi catastrófico para a maioria dos países considerados. Igualmente de notar é a falta de tecnologia, principalmente aquela adaptada às regiões tropicais e subtropicais.

Em ambos os casos, o Ocidente parece oferecer mais atrativos do que o Oriente, o que explica o fato de que, mesmo países recentemente independentes e de política radical como Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, estão procurando contatos com os EUA e nações européias.

Outra dificuldade importante se refere à inexperiência dos governos e à falta de quadros para administrar o desenvolvimento. Nesse particular, a situação é realmente trágica e de solução extremamente difícil a prazo curto, como bem mostra a prática, cabendo parte da responsabilidade às nações colonizadoras que, via de regra, não tiveram sua sensibilidade voltada para a emancipação de tais povos. Por outro lado, países como o Zaire, na década de 60, e as ex-colônias portuguesas sofreram uma desorganização total de suas economias com o êxodo dos brancos, em decorrência dos conflitos ocorridos. Basta dizer que cerca de

450.000 portugueses saíram de Angola e 200.000 de Moçambique, enquanto que o Zaire, na independência, tinha menos de duas dezenas de pessoas com grau universitário.

Na Nigéria, podemos apreciar um outro ângulo dos mesmos problemas, pois se trata, no momento, do país mais importante da região considerada. A atividade petrolífera trouxe em enorme *superavit* na balança de pagamentos e uma grande atividade econômica, que se traduzem em maiores oportunidades de emprego, aumento da renda e do produto nacionais, aumento dos dispêndios locais em mercadorias e serviços e melhoria no abastecimento de energia abundante e barata, para citar os principais impactos. Tudo isso naturalmente significa progresso.

Mas vejamos o outro lado da moeda. A maior parte das companhias que exploram o petróleo é estrangeira, o que significa que nem todos os ganhos ficam na Nigéria. Além do mais, tem condições de pressionar o Governo no sentido de importar, em grande escala, uma boa parte dos bens e serviços que consome, não havendo, portanto, investimentos em tais setores na mesma escala. Ainda mais, a tecnologia do petróleo e de muitos outros bens não é dominada pelos setores da economia nigeriana, o que dificulta um programa mais sério de fixação de atividades no país.

Assim, embora a Nigéria seja um dos maiores produtores de petróleo do mundo e tenha condições de financiar seus próprios planos de desenvolvimento, as populações rurais, responsáveis por 70% da força de trabalho e sustentáculo da economia da Nigéria, ainda não sentiram os efeitos da riqueza gerada pelo "ouro negro". A importação de bens e serviços, em boa parte supérfluos, está ocasionando desperdício de divisas; a inexperiência dos quadros dirigentes, a falta de técnicos em número compatível e da tecnologia em nível adequado estão certamente dificultando o aproveitamento racional de tão imensa fonte de riqueza.

Em outros países, tais como o Zaire, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, as dificuldades econômicas apontadas foram tornadas críticas com o advento de conflitos e guerras, tudo indicando que levarão muito tempo para encontrar o rumo do desenvolvimento. Mais do que tempo, vão precisar de muita ajuda, o que significa, nos dias de hoje, dívidas externas vultosas, ingerência estrangeira nos negócios internos e alinhamentos externos eventualmente comprometedores.

*Os grandes conflitos* — A região meridional da África concentra um dos pólos potencialmente mais explosivos do mundo moderno. A discriminação racial na África do Sul, a situação inaceitável da Rodésia e a questão interminável da Namíbia afetam não somente a sensibilidade dos países negros, mas igualmente a atenção das potências desenvolvidas, pois, como em outros países do continente negro, ali está também presente o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente.

O quadro atual dos conflitos no sul da África deve ser estudado a partir das lutas pela independência das ex-colônias portuguesas, intensificadas e coroadas de êxito a partir da queda do regime português, em 25 de abril de 1974, mas que se iniciaram realmente em 1961. Isto porque, no quadro dos movimentos de libertação africanos, foram aqueles que se revestiram de características mais marcadamente

revolucionárias, representando mesmo um rompimento dos padrões anteriores de descolonização. No cerne de tal afirmativa, está o papel decisivo representado pela URSS e por Cuba no processo, ocorrido pela primeira vez na história. Assim, instala-se em Moçambique um regime nitidamente esquerdista, sob a influência direta de Moscou, enquanto em Angola a presença de soldados cubanos e de armamento soviético garantem o regime de Agostinho Neto, a despeito da existência de bolsões dominados por movimentos rivais. Tais circunstâncias representam uma ameaça muito grande para os países vizinhos, do que a guerra do Zaire é apenas um exemplo.

Na independência de Angola, o Zaire apoiou fortemente a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), de Holden Roberto. O troco surgiu quando tropas catanguesas, banidas em Angola desde a guerra do Congo, resolveram retornar ao país. Apesar das afirmativas de que pretendiam derrubar o regime de Mobutu, tachado de corrupto, esse movimento foi geralmente considerado como de cunho separatista, mais uma tentativa de separar a província de Shaba, ex-Catanga. Assim, Mobutu conseguiu o apoio da OUA e dos países negros, muito sensíveis quando se trata de movimentos separatistas. Mais do que isso, o Ocidente, que na luta pela independência de Angola teve participação discreta, resolveu intervir diretamente, pela primeira vez desde o início da descolonização. A verdade é que, a partir da guerra civil de Angola, os conflitos africanos passaram a interessar a potências extracontinentais, o que lhes empresta o caráter explosivo.

A Rodésia está, no momento, sob forte pressão da comunidade internacional, que busca desesperadamente uma solução política, negociada e pacífica, para entregar o poder à maioria negra, derrubando o regime nunca aceito de Ian Smith e proporcionando a independência efetiva do país, reconhecida e apoiada pela África do Sul. Os países negros, entretanto, parecem descrever de uma solução sem lutas, motivo pelo qual apóiam os movimentos guerrilheiros, que atuam a partir de Moçambique. Com o apoio da URSS, organizaram também uma "linha de frente" contra a Rodésia, que conta com Angola, Moçambique, Zâmbia e Botswana, entre outros.

Por enquanto, a falta de unidade entre os três principais movimentos de libertação (a Frente Patriótica de Robert Mugabe e Joshua N'komo; o Conselho Nacional Africano — ANC — do Bispo Abel Muzorewa; e a União Nacional Africana do Zimbábwe — ZANU — do Reverendo Ndabaningi Sithole) retardam uma solução pacífica, fazendo crescer o perigo de uma conflagração geral. A Rodésia é, efetivamente, um país inviável, e tudo parece indicar que a solução não será obtida a curto prazo, o que acarreta toda uma carga de preocupação.

A questão da Namíbia é igualmente delicada, pois se trata de um dos poucos territórios africanos sob tutela de outro país. Também a comunidade internacional pressiona insistentemente a África do Sul para que se obtenha uma solução negociada, o que, para os impacientes nacionalistas africanos, está muito longe de acontecer.

No conflito de Angola, a África do Sul deslocou da Namíbia uma força combatente, a pretexto de defender seus interesses na construção de uma hidrelétrica na fronteira, mas que teve o efeito negativo de validar a posição do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) aos olhos dos africanos e, até mesmo, de "justificar" a intervenção de Cuba. Aparentemente, a África do Sul não calculou bem a amplitude da intervenção soviética e cubana, ou então esperava receber um apoio que afinal não aconteceu. Sua intervenção em Angola tem sido considerada como um ato desastrado de política externa.

No plano interno, o Governo sul-africano enfrenta crescentes conflitos raciais, que têm gerado algumas poucas aberturas, consideradas insuficientes. No plano externo, de há muito tenta uma política de *détente* com os países negros, com resultados discretos, mas que se encontra em compasso de espera desde os acontecimentos de Angola.

Os grandes conflitos da região, como vimos, envolvem diretamente o Governo de Pretória, que se encontra politicamente isolado e fortemente pressionado pela ONU, pela OUA e pela comunidade internacional, que rejeitam unanimemente a discriminação racial. São, entretanto, questões complicadas, bastando dizer que, apesar de todas as divergências, a África do Sul é ainda o principal parceiro econômico de Moçambique, utilizando o porto de Maputo para seu próprio comércio e garantindo emprego em suas minas para nada menos que 150.000 a 200.000 trabalhadores moçambicanos, 20% da força de trabalho da África do Sul, cujos salários são a principal fonte de divisas de Moçambique. Além disso, recebe energia da hidrelétrica de Cabora-Bassa, exatamente como planejado na associação com Portugal.

As tentativas prosseguem para a solução dos conflitos, que certamente só será possível com a interferência das potências mundiais. Afinal de contas, após a independência de Angola, a URSS pode ser considerada como uma potência africana.

## 2. A EXPANSÃO SOVIÉTICA

*O Movimento Comunista Internacional* — Desde a vitória da Revolução bolchevique, em 1917, que a política exterior soviética, refletindo a necessidade premente de consolidar as mudanças implantadas e garantir a união nacional, persegue dois objetivos principais: a difusão do comunismo pelo mundo e a defesa do território pátrio. Em ambos os casos, o inimigo principal era o capitalismo ocidental que, na visão dos revolucionários russos, se opunha à subida ao poder da classe proletária, além de representar uma ameaça constante à integridade física da própria Nação soviética.

O primeiro objetivo revela um caráter político-ideológico, ligado à exportação de idéias que, na opinião dos seus autores, melhor representam os anseios de progresso da humanidade, atitude aliás comum a bom número de religiões. O segundo objetivo tem, no entanto, conotações estratégicas e está intimamente

ligado aos interesses nacionais de preservação da soberania e mesmo da sobrevivência do país.

O Movimento Comunista Internacional (MCI) é fruto da própria essência das teorias propostas por Marx e tornadas viáveis por Lenine, segundo as quais o sistema capitalista, injusto e opressor, desmoronaria engolfado por suas próprias contradições e pressionado pelas massas proletárias advindas da Revolução Industrial. Tal fato constituiria o primeiro passo destinado, inexoravelmente, a conduzir os países da Europa Ocidental ao comunismo, ou seja, à sociedade sem classes e, portanto, sem disputas traumatizantes. Na opinião de Marx, o "socialismo científico" era a etapa intermediária entre o capitalismo e o comunismo.

O papel histórico de Lenine foi tornar possível essa evolução, que Marx considerava erroneamente como inevitável, pela criação do instrumento básico de instigação das massas, o Partido Comunista, que falaria em nome do proletariado, embora agindo "independentemente. Quando a Revolução tornou-se vitoriosa na Rússia em 1917, a URSS transformou-se na primeira nação socialista do mundo e, por via de consequência, na "pátria-mãe do proletariado mundial".

Em 1919, foi realizado o 1º Congresso da Internacional Comunista, que lançou as bases da atuação internacional do Partido Comunista e criou o COMINTERN, cujas atribuições incluíam a exportação da ideologia comunista e a coordenação e o apoio a todos os partidos comunistas do mundo. Data dessa época a adoção de planos que preconizavam a infiltração de elementos credenciados em partidos políticos, sindicatos, organizações estudantis, organismos de classe e círculos intelectuais, com vistas à divulgação e aceitação da doutrina marxista-leninista, bem como o incentivo à luta de classes e às lutas armadas internas, com o propósito amplo de criar as condições mais favoráveis para a mudança do regime.

Surgiu, assim, desde os primórdios da Revolução Soviética, o denominado Movimento Comunista Internacional (MCI), cuja forma de atuar obedece a imperativos da conjuntura, mas cuja estratégia global ainda visa a implantação da ditadura do proletariado nos países do mundo, tal como Marx e Lenine propuseram, como etapa transitória para a condução da humanidade na direção da sociedade comunista.

Quando Stalin firmou-se no poder, entretanto, a ênfase dos esforços da URSS foi concentrada no fortalecimento da nação soviética, já ameaçada pelo nazi-fascismo. Assim, os programas visavam mais especialmente a industrialização do país, a coletivização da agricultura, a completa estatização dos meios de produção e o fortalecimento do exército. Foi o tempo da depuração ideológica dos quadros, quando milhares e milhares de pessoas influentes encontraram a morte ou o degredo na Sibéria. Não obstante, a par da necessidade de defender o solo pátrio da ação agressiva de Hitler e Mussolini, era sempre enfatizado o fato de que o país deveria se preparar para desempenhar, no futuro, o papel de "pátria-mãe dos trabalhadores de todo o mundo".

É da época de Stalin a adoção da política de formação de "frentes", ainda muito empregada. Nos países capitalistas, os militantes comunistas eram instados a formar "frentes unidas" contra o nazismo e o fascismo, enquanto, nos países em desenvolvimento ou que não haviam ainda obtido sua independência política, tais frentes eram anticolonialistas e antiimperialistas. Tratava-se, então, de ganhar tempo para o fortalecimento do poder nacional, sem no entanto perder a vanguarda da "revolução mundial".

A decadência das nações européias, que se seguiu à 2ª Guerra Mundial, gerou a desintegração do sistema colonial, ocasionando crises de natureza política, econômica e espiritual.

A URSS se vê, então, incentivada a adotar uma primeira mudança em sua política em relação à África, numa tentativa de ocupar o vazio de poder deixado pela retirada das metrópoles. Hipoteca seu apoio irrestrito aos movimentos de libertação nacional, derivados tranquilamente das "frentes unidas" antes mencionadas, incentivando-os à adoção da guerra revolucionária e à formação dos "exércitos de libertação nacional". Em 1956, no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), a subversão e a guerra revolucionária são incorporadas definitivamente como instrumentos da política de expansão do comunismo no mundo. Nessa mesma época, surge um fato que viria a ter marcante influência no desenvolvimento da ação comunista no mundo e, em particular, na África: o conflito sino-soviético.

Em 1957, é fechado o Bureau Comunista de Informações (COMINFORN), que havia substituído o COMINTERN, passando a coordenação da ação externa de expansão do comunismo a ser feita diretamente pelo PCUS, de onde emana atualmente toda a doutrina e orientação seguidas pelo MCI em todo o mundo.

Após a 2ª Guerra Mundial, a URSS surgiu como potência de primeira linha, e sua participação no campo internacional aumentou consideravelmente, fazendo com que seus interesses nacionais passassem a pesar muito mais no confronto com as motivações, sempre presentes, de cunho puramente ideológico. Na verdade, ambos os aspectos passam a oferecer uma face única, que aponta na direção do expansionismo soviético em todo o mundo.

Os fatos das últimas décadas indicam a subordinação pragmática do primeiro objetivo, mencionado anteriormente, ao segundo. Em outras palavras, a implantação do comunismo no mundo tem servido admiravelmente aos interesses econômicos, políticos e estratégicos da URSS, quando não a curto, certamente a longo prazo. Em casos de conflitos, entretanto, o interesse nacional tem subsistido, à custa de transigências doutrinárias.

A análise da expansão soviética na África, portanto, não deve separar os dois objetivos citados, mas considerá-los como efetivamente se apresentam: o MCI é instrumento efetivo da política soviética em âmbito mundial.

*A URSS e a descolonização da África* — O comunismo não teve influência decisiva no início do processo de descolonização da África. Esta constatação histórica, entretanto, está longe de servir como medida para avaliar a eficácia da ideologia comunista nos países africanos, após a descolonização.

A primeira oportunidade real que a URSS teve na África Ocidental surgiu em 1958, com a independência da Guiné, quando Sekou Touré buscou o apoio soviético. Na época, o Kremlin considerava inevitável que as novas nações, ao romperem os laços, não teriam outra escolha sensata que não fosse procurar a amizade "desinteressada" da URSS. Foi, naturalmente, ledo engano, logo comprovado por ocasião da independência de Gana, que permaneceu, nos primeiros momentos, ligada economicamente à Inglaterra, aos EUA e à Alemanha. O apoio à Guiné tem, entretanto, uma importância muito grande, pois permitiu que a URSS se aproximasse, em grande estilo, dos movimentos revolucionários africanos.

Naquela época, a guerra fria estava no auge, e a principal preocupação soviética em política exterior era o combate ao capitalismo no mundo. Assim, a ajuda soviética estava, desde o início, marcada pelo interesse, apesar dos "slogans" e declarações em contrário.

Além disso, a URSS mantinha, àquela época, grandes suspeitas com relação aos líderes africanos, geralmente da classe média e egressos de universidades americanas ou européias. O próprio Kwame Nkrumah foi, em certa altura, vítima deste tipo de discriminação.

É verdade que a URSS possuía algumas qualificações que efetivamente exerciam atrativo sobre os novos países. Em primeiro lugar, jamais esteve envolvida com a colonização, não tendo mesmo relações estreitas com as antigas metrópoles. Isto significa que não sofreu o inevitável desgaste, bem como teve facilitado o bem-sucedido trabalho de propaganda destinado a identificar o capitalismo com a colonização, e o socialismo com a massa colonizada, incorporada para fins ideológicos ao proletariado.

Depois, a URSS podia apresentar um modelo de desenvolvimento econômico bem sucedido e auto-sustentado, independente da ajuda técnica e dos capitais ocidentais, mais ou menos o que almejavam conseguir os líderes nacionalistas africanos.

Finalmente, a URSS apoiou, desde épocas passadas, a autodeterminação daquelas regiões, sem enfatizar as diferenças tribais presentes em cada país, problema semelhante ao que ela mantinha em suas próprias fronteiras.

A verdade, entretanto, é que faltava experiência no trato de assuntos africanos. A URSS subestimou as rivalidades tribais e religiosas, bem como suas ligações de lealdade, características de uma sociedade tradicional. Além disso, ela custou a aceitar o "socialismo africano", afirmando que somente o partido comunista, como vanguarda do operariado, estaria em condições de conduzir a luta contra a dominação colonial.

O assassinato de Lumumba e a queda de Nkrumah, principalmente, levaram a URSS a adotar uma linha de ação mais realista. Em Gana, mais de mil técnicos, professores e assessores soviéticos foram expulsos, o que foi atribuído, com justa razão, às relações superficiais mantidas com os membros do governo e à falta de sensibilidade para entender os problemas das populações locais.

Sem abrir mão da dialética usual, passaram a considerar, de maneira pragmática, que o estabelecimento do socialismo deveria aguardar até que as condições gerais dos países permitissem uma transação tão rápida.

É oportuno salientar que, nessa mesma época de meados dos sessenta, a China fazia uma vitoriosa incursão pelos assuntos africanos, ostentando uma revolução de cunho rural que muito se assemelhava ao que se poderia supor de mais conveniente para as nações africanas. Assim, a influência chinesa já era palpável na Tanzânia, na Zâmbia e junto ao principal movimento de libertação de Moçambique, a FRELIMO.

Aprendendo a partir de seus próprios erros, a URSS passa a fazer intenso uso da diplomacia tradicional, a par de oferecer ajuda econômica e militar. Assim, independentemente do caráter particular do regime de cada país, os soviéticos passaram a ser os primeiros a reconhecer governos e designar embaixadores, escolhidos entre os mais experientes em questões africanas. Cada data nacional ou evento importante passou a ser habilmente explorado para a apresentação de saudações ou comemorações, enquanto dignatários das nações africanas eram convidados a Moscou e regamente recebidos. Mostras, exposições, concertos, espetáculos teatrais, competições esportivas, festivais de filmes, visitas turísticas e culturais, tudo enfim é motivo para desenvolver uma propaganda que visava enaltecer os feitos da "revolução proletária", ao mesmo tempo que os ocidentais são sempre apresentados como "monopolistas", "militaristas", "agentes provocadores", "imperialistas" e "colonialistas", e os chineses como "aventureiros", "irresponsáveis" e "oportunistas de esquerda".

Passou a existir uma preocupação marcante em mostrar os sucessos no campo do desenvolvimento científico e tecnológico, assim como no campo político, econômico, militar e cultural. Neste particular, a Marinha da URSS tem papel preponderante, como instrumento que é da política soviética. A visita constante de navios de guerra a portos africanos cumpre, assim, o duplo papel de dissuasão e demonstração, como bem assinala o Almirante Gorshkov, ao dizer que a Marinha é:

"... capaz de, em tempo de paz, demonstrar visivelmente aos povos das nações amigas e hostis não somente o poderio do equipamento militar e a perfeição dos navios de guerra, incorporando o poderio econômico e técnico do Estado, mas também seu estado de prontidão para usar a força na defesa dos interesses do Estado ou para a segurança dos países socialistas (15:134)."

Os novos rumos da política exterior soviética foram evidenciados por ocasião da guerra de Biafra, quando a URSS apoiou as forças federais nigerianas de maneira discreta e eficiente, na busca de ligações mais profundas e duradouras. A compensação surgiu em 1975, quando a Nigéria, usando o peso de seu inegável prestígio, teve participação decisiva no reconhecimento do regime de Agostinho Neto, em Angola, e na "legitimação" da intervenção cubana.

Nessa fase de sua atuação na África, a URSS abandonou os antigos apelos no sentido da aceleração dos "progressos revolucionários", que tantos tropeços

causaram, pela nova ótica do "progresso social" ou "desenvolvimento nacional", naturalmente sem perder de vista as "perspectivas socialistas", mas baseado numa política econômica realista (que não abre mão da ajuda ocidental) e uma política nacional flexível (tendo como pedra de toque a autodeterminação).

É interessante verificar, agora, a natureza das dificuldades encontradas pelos soviéticos em sua expansão na África, pois elas continuam no contexto e vão continuar a exercer sua influência no futuro.

A URSS é considerada, a despeito dos esforços de sua propaganda, uma nação branca, desenvolvida e européia. Tanto o "nacionalismo" como o "socialismo" africanos, na medida em que procuram valorizar os segmentos nacionais, tanto em política como no campo da cultura, estabelecer barreiras naturais para a penetração de potências estrangeiras, principalmente para uma nação, como a URSS, que norteia seus atos por princípios ideológicos de cunho materialista, estranhos ao ambiente africano e em permanente conflito com seus cultos animistas.

Por outro lado, a solidariedade aos princípios do Terceiro Mundo, levantados na Conferência de Bandung, em 1955, com a tese do "neutralismo", e consagrados em Belgrado, em 1961, com o "não-alinhamento", representa, na prática, um distanciamento da política de blocos, na medida em que estabelece diferenças básicas entre os interesses das superpotências e dos países em desenvolvimento.

A herança colonial também contribui para dificultar a ação soviética, posto que as metrópoles ainda representam a possibilidade de ter acesso à moderna tecnologia ocidental, que os ex-colonizados precisam para acelerar seu desenvolvimento.

Na verdade, a economia soviética é caracterizada pela falta de competitividade no mercado internacional, com poucos produtos de boa qualidade e falta de capital para financiar os projetos africanos de desenvolvimento. O que distingue o "socialismo africano", como já foi visto, é justamente o compromisso entre a centralização e planificação da economia e a abertura para as técnicas e os capitais ocidentais. Mesmo as ex-colônias portuguesas, que se dizem marxistas e aceitam a participação ativa dos soviéticos em negócios internos, procuram manter abertos seus canais de comunicação com o mundo ocidental.

Tais fatores, entre outros, têm limitado a expansão soviética na África negra e, tudo indica, ainda vão continuar contribuindo para contê-la, em que pesem os últimos sucessos, que passamos a examinar.

*A URSS e Angola* — Na crise decorrente da independência de Angola, a URSS evidenciou uma mudança radical na sua política africana. Nunca, anteriormente, o comprometimento com um movimento de libertação havia chegado ao ponto em que chegou o apoio soviético ao MPLA de Agostinho Neto.

Na guerra do Congo, onde pela primeira vez uma disputa de caráter tribal ganhou contornos ideológicos, a URSS fez pouco mais do que fornecer um apoio discreto e realizar pronunciamentos bombásticos na ONU. Na guerra de Biafra, já revelava uma grande dose de maturidade e realismo, entendendo afinal que um

movimento separatista não consegue obter o apoio das nações africanas, nem da OUA, motivo pelo qual hipotecou seu apoio ao governo federal e procurou manter uma imagem simpática.

No conflito de Angola, os soviéticos procuraram tirar partido de todas as vantagens obtidas em anos de atuação sistemática, com o acréscimo do envio de tropas cubanas, fato inédito e decisivo para a decisão da disputa. Na oportunidade, a URSS falou muito pouco e agiu com rapidez e eficiência desconhecidas até então. Na verdade, ela parece ter-se preparado cuidadosamente para substituir Portugal em África.

Com efeito, as ex-colônias portuguesas têm um extraordinário valor estratégico, não somente pelo controle que exercem sobre as áreas marítimas de dois oceanos, como também pela influência geopolítica sobre o sul e o centro da África, e daí, em direção ao norte. Assim, não foi por acaso que, na guerra do Zaire, Mobutu obteve imediatamente o apoio de países como a Nigéria, o Marrocos, o Egito, o Senegal, o Gabão, a Costa do Marfim e o Sudão, que se sentiram desde logo ameaçados.

As posições portuguesas em África — Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique — eram extremamente tentadoras e se encaixavam perfeitamente dentro da estratégia global soviética e de sua política expansionista. Para tanto, já havia sido construída uma grande esquadra de superfície, uma aviação de alcance estratégico, uma marinha mercante de 15 milhões de toneladas e uma frota pesqueira espalhada por todos os mares, além de ter sido desenvolvido um interesse muito grande pelos estudos oceanográficos.

A situação aflitiva de Portugal, exaurido por uma guerra que já durava mais de 10 anos e era desenvolvida em várias frentes, atacado violentamente na ONU por sua recusa em conceder autonomia às colônias e isolado politicamente das demais nações ocidentais, fornecia os ingredientes que abalaram o regime político e foram a causa principal de sua derrocada.

O quadro se apresentava favorável, e a URSS tratou de atuar em todos os níveis. Na África, conseguiu substituir a China em Angola e em Moçambique, aparecendo como o principal mentor político e fornecedor de ajuda econômica e militar para os movimentos de libertação das colônias, ao mesmo tempo que intensificava sua infiltração no organismo português. A penetração comunista nas Forças Armadas de Portugal foi, certamente, um dos fatores destacados no processo de comunização dos novos países libertados, e se tornou possível, não somente em decorrência da insatisfação que grassava nos escalões mais baixos, mas principalmente a partir da incorporação, nos quadros de oficiais, em grande escala, de elementos endoutrinados e orientados na doutrina marxista, provenientes dos meios universitários.

Em 25 de abril de 1974, quando caiu o regime português de Marcelo Caetano, o poder foi assumido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), conduzido por uma minoria extremamente atuante de oficiais esquerdistas. A princípio, foram feitas tentativas infrutíferas para concessão de autonomia gradativa, dentro

de esquemas tradicionais, com consultas plebiscitárias e acordos de cooperação econômica e cultural. Na realidade, porém, não havia clima para tal tipo de entendimento, pois os movimentos de libertação das ex-colônias portuguesas obedeciam a padrões inteiramente novos de comportamento, muito mais radicais e irredutíveis no que respeita ao "nacionalismo", e cujos líderes se declaravam abertamente marxistas. Eram movimentos "heróicos", pois foram plasmados na luta armada, e evidenciavam ligações estreitas com Moscou, de onde receberam ajuda constante e orientação doutrinária.

Em Guiné-Bissau e Cabo Verde, o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), após uma "ressaca" comunista, procura atitudes mais moderadas, permitindo a volta de portugueses e cultivando contatos com os países ocidentais, tendo mesmo negado a utilização, pelos soviéticos, do aeroporto da ilha do Sal, que, por sinal, ainda é usado pelas linhas aéreas da África do Sul.

Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) assumiu, sem disputas importantes com outros grupos, um país arrasado pela saída em massa de portugueses; apesar da marcante presença soviética e cubana, procura manter os laços econômicos com a África do Sul, de quem depende para compor suas receitas. Samora Machel se diz "neutralista" e nega veementemente ter dado permissão para a instalação de bases soviéticas.

Mas foi em Angola que as coisas se desenvolveram de maneira trágica e comprometedora, fruto da divisão interna e da intervenção estrangeira. Quando Portugal, então dominado pela esquerda radical do MFA, aceitou a independência da colônia, as lideranças revolucionárias estavam enfraquecidas pela divisão, e o confronto se tornou inevitável.

Na época, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de Agostinho Neto, estava militarmente enfraquecido por recentes insucessos contra as tropas portuguesas, enquanto que a Frente Nacional de Libertação de Angola (FLNA), de Holden Roberto, parecia fortemente apoiada no Zaire. Politicamente, entretanto, o MPLA tinha a vantagem de contar com o apoio da pequena classe média e das massas de Luanda; contava também com o apoio maciço da URSS.

Os soviéticos, aliás, puderam colher alguns frutos importantes de sua recente política africana. O porto de Conakry, na Guiné, foi utilizado como ponto de apoio ideal para atuar em Angola, lá tendo sido estacionados cruzadores, contratorpedeiros, navios anfíbios, navios-tanque e de informações. Para que tal fosse possível em 1975, a URSS precisou atender, em 1970, a um pedido de ajuda formulado por Sekou Touré, face à ameaça de ataque por parte de Portugal. O pedido foi atendido em troca de facilidades navais, usadas com sentido prático na guerra de Angola.

Outro fruto importante foi a atuação da Nigéria, retribuindo o apoio recebido no caso da secessão de Biafra. Liderando o grupo africano, esse país da costa ocidental teve atuação decisiva no reconhecimento ao Governo de Agostinho Neto, encarado com suspeição pela presença de tropas estrangeiras.

É fato conhecido que a instalação do MPLA no poder só foi possível com a presença das tropas cubanas, fator de extrema importância no atual quadro estratégico africano, e cujas repercussões ainda estão longe de se terem esgotado.

É oportuno registrar que Cuba possuía sua própria linha expansionista, traçada na direção do mundo subdesenvolvido, desde algum tempo. Uma das manifestações mais importantes ocorreu em janeiro de 1966, quando foi realizada, em Havana, a 1ª Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, com a presença de 82 países.

Evidentemente que foi mais uma oportunidade, entre muitas, de repudiar o "imperialismo", o "colonialismo" e o "neocolonialismo", condenados como forma permanente de agressão sob a direção dos EUA. Mais do que isso, entretanto, os países foram instados a recorrer a todos os tipos de luta, inclusive a armada. Estava, portanto, conferida a "legitimidade" internacional à violência revolucionária, desde que, naturalmente, ela se dirigisse contra o "dragão imperialista". Data desse tempo o advento sistemático dos atentados individuais, dos seqüestros de aviões e de todas as outras formas de violência.

Da Conferência, surgiu ainda a Organização Tricontinental, sediada em Havana, e o Comitê de Assistência e Ajuda aos movimentos de libertação nacional, cujo papel principal era encorajar a luta armada então incentivada.

Por outro lado, a atual Constituição de Cuba, outorgada recentemente por Fidel Castro, incorporou tais idéias e considera como "justa e obrigatória" a ajuda prestada às guerras de libertação nacional.

A intervenção cubana em Angola seguiu, portanto, uma linha muito lógica, pois foi cuidadosamente planejada não só no campo da instrumentação política, como também no campo militar. Cuba preparou um poderoso exército, cujo emprego, positivamente, não poderia ser contra os EUA, seu declarado e mais próximo inimigo, e sim, como ficou provado em Angola, nos países enfraquecidos do mundo subdesenvolvido. A oportunidade surgiu afinal em agosto de 1975, quando uma força expedicionária de cerca de 13.000 homens desembarcou em Angola, transportada por aviões e navios mercantes cubanos e soviéticos. Se comparado com os efetivos africanos, tratava-se de um formidável exército, não tanto pelo seu número, mas pelo avançado grau de aprestamento e pelo excelente e abundante material que dispunham.

Conseguido o reconhecimento do regime de Agostinho Neto, a presença cubano-soviética domina a cena angolana. As tropas continuam lá, a pretexto de conter a ação dos dois outros movimentos (FNLA e UNITA), ainda ativos em zonas do interior. Ou então, para organizar e treinar as forças armadas angolanas. Mas, certamente, para pressionar os países do sul do continente, principalmente a Rodésia e a Namíbia. Encarada sob este prisma, é uma presença perigosa, que pode trazer conseqüências imprevisíveis para a paz mundial.

*A estratégia soviética* — Na presente fase, a estratégia soviética na África é vista como destinada a atender a dois pontos básicos: ampliar a vitória política sobre a

China e angariar um certo número de aliados que domine posições estratégicas no Índico e no Atlântico, onde a URSS possa eventualmente estabelecer bases para seus aviões e navios. Nunca é demais lembrar que os mares são uma das mais recentes prioridades da política expansionista soviética.

Talvez fosse possível apontar um terceiro ponto, a gerar frutos a prazo mais longo, qual seja o de garantir mercados e exercer o controle sobre algumas das principais fontes mundiais de recursos minerais. Isto porque a URSS não depende, no momento, da maioria quase absoluta de tais minérios, que ela mesma produz. Mas pode realizar certas manobras no mercado internacional, como no caso do cromo da Rodésia, que revenderam aos EUA. Assim como pode, eventualmente, perturbar o fornecimento de tais insumos a países do Ocidente, em casos de conflitos.

Quanto à garantia de mercados, é bom lembrar que, por enquanto, a URSS exporta certa quantidade de petróleo. Existem previsões, no entanto, no sentido de que, em meados dos anos oitenta, ela passará a importar quantidades respeitáveis, caso em que vai precisar das divisas que tais mercados podem oferecer(43).

Voltando aos dois pontos iniciais, cabe verificar que a China, após um começo auspicioso, viu-se obrigada ao retraimento, em decorrência da Revolução Cultural e, mais ainda, devido à grande luta pelo poder central, desenvolvido a partir da morte de Mao e que, só agora, parece estar caminhando para um desfecho. É possível imaginar, então, que venha por aí uma violenta campanha anti-soviética, ao estilo de sempre, certamente com grandes atos destinados ao cenário africano. É natural, portanto, que a URSS procure tirar partido da vantagem obtida, consolidando e ampliando suas posições, de modo a manter os chineses afastados e a dificultar ao máximo o seu retorno.

Com relação ao segundo ponto, os avanços comunistas já consumados, principalmente em Angola e Moçambique, representam uma violenta mutação no quadro geoestratégico mundial, notadamente se comparado com aquele da 2ª Guerra Mundial. Neste particular, é conveniente que examinemos dois aspectos da questão: a reação contrária e o envolvimento ao sul.

As reações contrárias ao expansionismo soviético já se fazem sentir e, ao que tudo indica, deverão ser provavelmente intensificadas. Na guerra do Zaire, somente os países de política radical, como a Argélia, Angola, Moçambique, Guiné e alguns outros, apoiaram a invasão vinda de Angola e, muito certamente, preparada e incentivada pelos cubanos. Os demais países africanos, à frente a Nigéria, apoiaram Mobutu, juntamente com alguns países ocidentais. Entre eles a França, cuja interferência direta, pela primeira vez em muitos anos, ocorreu por pressões exercidas pela Costa do Marfim e pelo Senegal.

A França, aliás, tem procurado desenvolver uma intensa e inteligente política na África Ocidental, baseada principalmente em aspectos culturais, em que pesem recentes dificuldades decorrentes de seu envolvimento na venda de armamento à África do Sul. A Inglaterra também está presente no quadro africano, com

atuação no campo comercial e político; neste último aspecto, ela se alinha com os EUA na busca de soluções negociadas para a Rodésia e a Namíbia.

Finalmente, temos a recente decisão de seis países da Comunidade Econômica da África Ocidental de realizarem uma reunião para criar uma força comum, destinada, especificamente, a contrapor-se à ofensiva soviética. Embora nada de concreto tenha sido conseguido, revela uma tendência importante de repúdio à interferência estrangeira e uma preocupação dominante nos destinos da unidade africana.

Quanto ao envolvimento ao sul, decorre do apoio que a URSS vem dando aos movimentos guerrilheiros na Rodésia e na Namíbia. Os países negros da região parecem estar convencidos de que a solução negociada é inviável, principalmente depois do fracasso das negociações em Victoria Falls, entre Ian Smith e líderes africanos.

A "linha de frente" contra a Rodésia não tem condições, sob o ponto-de-vista militar, de atuar em nenhum dos dois países, mesmo contando com a ajuda de tropas cubanas e apoio logístico soviético. O envolvimento direto da URSS é pouco provável, pelos riscos da confrontação com o Ocidente, já que ambas as questões envolvem também a África do Sul.

Assim, o mais provável é que seja fomentada a atividade guerrilheira, como etapa necessária à obtenção de uma solução para aqueles problemas. Em qualquer caso, o envolvimento soviético parece inevitável, com a carga de riscos que pode acarretar.

Por enquanto, a URSS parece estar na dianteira política, colhendo os lucros de uma atuação pertinaz. Entretanto, a ação fulminante em Angola só foi possível pela omissão dos países ocidentais, que não deram importância às guerras de independência nas ex-colônias portuguesas e nem tentaram impedir a escalada do apoio soviético ao MPLA. Entretanto, há indícios de que o Ocidente não pretende conservar sua neutralidade caso os conflitos voltem a eclodir naquela área do continente, o que deve estar contribuindo para conter os avanços comunistas.

Mesmo assim, a URSS dispõe ainda de vasto campo a explorar, em benefício de seus propósitos hegemônicos e expansionistas, o que ela tem continuamente feito com exemplar paciência e surpreendente sucesso.